

## A UNIVERSIDADE FRENTE À LÓGICA NEOLIBERAL: INCLUSÃO E ACOLHIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Luis Paulo de Melo Guimarães

Graduando em Pedagogia

São Luis - Maranhão, Brasil

[luis.pmg@discente.ufma.br](mailto:luis.pmg@discente.ufma.br)

UFMA

### Resumo:

O número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior tem tido um exponencial aumento (Cabral; Orlando; Mellet, 2020), surgindo a necessidade de pensarmos as questões que atravessam a educação inclusiva na universidade, tendo em vista a lógica neoliberal da sociedade contemporânea que coloca a pessoa com deficiência enquanto um *fardo* para a sociedade. Deste modo, o presente trabalho se caracteriza enquanto uma pesquisa bibliográfica onde buscamos destacar alguns pressupostos para a educação inclusiva na universidade, a partir de dois tópicos: no primeiro *A importância da universidade enquanto lugar de inclusão*, buscamos pensar a importância da universidade como um espaço de inclusão frente à lógica neoliberal, pois esta tem como objetivo principal contribuir para o aprimoramento da realidade social (Severino, 2007); no segundo tópico *Inclusão e acolhimento da pessoa com deficiência no ensino superior* a partir do pensamento de Chahini (2016); Wellichan e Souza (2017) e outros autores, investigamos de que maneiras deve ser feito o acolhimento e inclusão desses alunos no meio acadêmico.

**Palavras-Chave:** educação inclusiva; ensino superior; acolhimento; política educacional.

### Introdução

A luta pelos direitos das pessoas com deficiência por uma realidade mais justa e inclusiva tem tomado destaque, ainda recente, de maneira contundente em diversos setores sociais, inclusive na educação, sendo alvo de discussões, debates e reflexões em desenvolvimento (Cabral, 2017). Dessa maneira, busca-se reconhecer o indivíduo com deficiência enquanto sujeito de direitos, tais como qualquer outro indivíduo, precisando de adequações e serviços para que estes direitos sejam garantidos.

Estas discussões, ao longo dos anos, trouxeram grandes frutos, principalmente no que se refere ao direito à educação, como cotas em universidades públicas, políticas de apoio à inclusão e permanência estudantil, entre outros. Resultando, assim, em um exponencial aumento nas matrículas de pessoas com deficiências nas universidades, que passam a ocupar

um significativo espaço no meio acadêmico, trazendo à tona diversos debates sobre como tornar o ambiente universitário cada vez mais inclusivo e igualitário (Cabral; Orlando; Mellet, 2020).

Neste sentido, pensamos a educação inclusiva no contexto acadêmico sobre o objetivo apontado por Severino (2007, p. 22), que a universidade tem de “contribuir para o aprimoramento da vida humana em sociedade” e deve marcar a vida individual pelos indicadores de cidadania e a vida coletiva deve ser marcada pela democracia. Colocando, desta maneira, o espaço universitário não como inalcançável, superior a todos os outros setores sociais, disponível apenas para as elites, mas como um espaço de construção de conhecimento cidadão, que compactua com os valores de uma sociedade democrática. Buscando, assim, a construção de uma realidade equitativa não apenas fora de seu meio, mas dentro de seus muros, laboratórios e salas de aula. Sobre isso, Chahini (2016, p. 94), tratando da inclusão no Ensino Superior, afirma que esta

visa, entre outros, à desmistificação de estigmas em relação ao potencial humano das pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, bem como à adequação dos espaços e dos recursos humanos à acessibilidade das referidas pessoas, para que estas recebam educação formal de boa qualidade, isto é, qualificação educacional e profissional que as conceda, de fato e de direito, o exercício de suas cidadanias.

Neste contexto, situamos o presente trabalho que se caracteriza enquanto uma pesquisa bibliográfica que busca destacar alguns pressupostos para a educação inclusiva na universidade, tratando inicialmente da importância de esta ser percebida, enquanto um espaço inclusivo, tendo em vista o caráter *capacitista*<sup>1</sup> e meritocrático<sup>2</sup> que assume a sociedade neoliberal. E, doravante, sob o pensamento de Chahini (2016); Wellichan e Souza (2017), outros autores, investigamos de que maneiras deve ser feito o acolhimento e inclusão desses alunos no meio acadêmico e que elementos de inclusão devem ser adotados em diferentes casos. Desta forma, esperamos

<sup>1</sup> Segundo Marchesan e Carpenedo (2021) a expressão *capacitismo* se refere ao “preconceito em relação às pessoas com deficiência, que surge a partir do fato de que no senso comum pressupõe-se que o sujeito com deficiência possui todas as suas capacidades limitadas ou reduzidas, constituindo-se em uma pessoa automaticamente ‘menos capaz’”, sendo um importante conceito para entendermos as relações de poder no que diz respeito a educação inclusiva.

<sup>2</sup> A meritocracia parte do pressuposto da existência de condições de acesso e oportunidades para todos, colocando que as conquistas de cada sujeito se devem apenas ao seu esforço pessoal (mérito), desconsiderando os contextos e especificidades que perpassam os indivíduos, se manifestando na sociedade atual em forma de discurso que visa falsear as desigualdades existentes.

contribuir para o debate sobre educação inclusiva no meio acadêmico, visando torná-lo cada vez mais democrático e equitativo.

A pesquisa surge no contexto da disciplina de Metodologia da Pesquisa Educacional com carga horária de 60h, ministrada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que visa a compreensão, por parte dos discentes, da articulação entre fundamentos teóricos e metodológicos para o processo de construção do conhecimento científico.

## A importância da universidade enquanto lugar de inclusão

Como já destacado a Universidade tem o objetivo de contribuir para o aprimoramento da vida humana em sociedade (Severino, 2007), entretanto, com a ascensão da doutrina neoliberal na sociedade contemporânea, percebe-se o surgimento de um discurso que desvirtua a função social da universidade e aponta esta enquanto um espaço “inútil” para o aprimoramento social que “*fere a moral e os bons costumes*”, principalmente tratando-se das ciências humanas. Neste contexto, para os que pensam desta forma, a Universidade deve se ocupar em pesquisar e ensinar para servir a um mercado capitalista, deixando de lado questões que concernem à desigualdades e lutas sociais, assim, é válido questionar como se propõe a educação inclusiva na sociedade neoliberal e o papel da Universidade na luta por uma educação para todos.

A educação, na perspectiva neoliberal é vista para além de um Aparelho Ideológico de Estado<sup>3</sup> (Althusser, 1970), esta é um dos elementos no processo de produção e distribuição de bens e serviços do Estado para com a sociedade, servindo como instrumento auxiliar na manutenção do caráter mercantil, capitalista e democrático do Estado burguês (Pires, 2005), sendo a educação uma via para o desenvolvimento, pois investir em educação é investir em capital humano. Assim, no campo da política mundial, é notória a preocupação que tem se destinado à educação, contudo, a concepção de educação proposta não tem a finalidade de pensar a formação integral do educando ou de promover consciência crítica sobre a realidade,

<sup>3</sup> A educação como Aparelho Ideológico do Estado burguês para Althusser (1970) tem a função de reproduzir as condições sociais de manutenção do poder da classe dominante, introjetando na consciência popular a ideologia desta, falseando a realidade para que a classe dominada não perceba as desigualdades sociais estabelecidas, dificultando a formação da consciência de classe.

mas de formar mão-de-obra qualificada para o mercado capitalista. Dentro desta lógica, a pessoa com deficiência é vista como um *fardo* para a sociedade, pois esta é percebida, integralmente, como inválida para o mercado, *incapaz* de contribuir para o desenvolvimento social. Este discurso se confirma, por exemplo, segundo Rosa e Angelucci (2025, p. 16) no governo Bolsonaro onde este produziu “prejuízos sobre os direitos das pessoas com deficiência anteriormente conquistados”, segundo as autoras, esta medida contra a educação inclusiva tomadas por um governo de direita parte da perspectiva neoliberal de estabelecimento de uma “corponormatividade/normofuncionalidade” em que a pessoa com deficiência, por suas condições de existência, não geram lucro, sendo este sistema, *capacitista* em sua essência.

Deste modo, pensar a inclusão da pessoa com deficiência é se colocar frente a isto, é reconhecer a pessoa com deficiência como sujeito de direitos e capaz de assumir uma função social, pois se formos analisar as legislações, desde a constituição federal de 1988 tem-se pensado a educação inclusiva como direito da pessoa com deficiência<sup>4</sup>. Neste sentido, a Universidade por ser um local que se propõem a investigar a realidade social, incluindo a realidade da pessoa com deficiência, se firma como fonte confiável de conhecimento científico para que sejam direcionados os esforços políticos para determinadas problemáticas que exigem um posicionamento, seja ele do Estado ou da Sociedade Civil, a fim de pensar proposições para o enfrentamento destas.

Observamos que a Universidade e a produção de conhecimento no meio acadêmico tem se posicionado, portanto, frente à lógica neoliberal que a sociedade assume em seus mais diversos aspectos, tendo a educação inclusiva um lugar de destaque em meio a debates contemporâneos, propondo políticas públicas para a inclusão como uma “forma de garantir aqueles que uma vez excluídos da governamentalidade estatal adentram a esfera pública ou a vida política e assumam uma função social” (Oliveira, 2023, p. 233). Deste modo, a pesquisa sobre educação inclusiva, produzida no solo da Universidade, assume a importante função de prover fundamento teórico e prático para que sejam pensadas tais políticas públicas no campo da educação inclusiva, assim, para que a Universidade, enquanto produtora de conhecimento, pense a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade em geral é necessário que esta seja em si um espaço inclusivo.

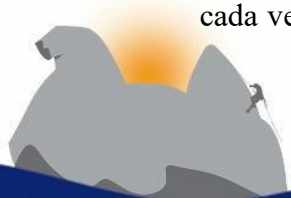
<sup>4</sup> Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII - Da ordem social, Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I - Da Educação, Art. 208, Inciso III.

## **Inclusão e acolhimento da pessoa com deficiência no ensino superior**

O acolhimento pedagógico é de fundamental importância para a educação inclusiva, levando em conta seus contextos e especificidades, buscando proporcionar uma educação pautada no princípio da equidade. Como se vem colocando desde a Constituição federal de 1988, a educação é um direito de todos e deve ser atendido levando em consideração as necessidades específicas do indivíduo, desde então, se percebe um crescente aumento em políticas públicas que visam a universalização e democratização da educação, principalmente às pessoas público-alvo da educação inclusiva, neste sentido, a educação inclusiva, deve abranger todas as etapas do processo educacional, incluindo o ensino superior.

Todavia, como apontado por Chahini (2016), a educação superior tem muito o que melhorar para garantir não só o acesso, mas a permanência desses discentes no meio acadêmico. Portanto, procuramos nos desvincular do discurso neoliberal e meritocrático que se levanta contra a inclusão, sobretudo no que diz respeito ao acesso e permanência à universidade, buscando a construção de uma realidade equitativa que ofereça condições iguais para todos, levando em consideração o contexto em que o discente se enquadra. Desta concepção de educação superior almejada, passamos a pensar o acolhimento e inclusão do discente no meio acadêmico, visando os benefícios que uma universidade mais democrática e equitativa traz não só para o indivíduo, mas também para a sociedade que “passa a incorporar mais gente com maior capacidade de participar construtivamente nas esferas públicas da vida social e política e nos âmbitos profissionais e econômicos da produção e do consumo” (Dias Sobrinho, 2013, p. 117).

Sobre este enfoque, passaremos a refletir sobre as relações sociais do aluno com deficiência no universo acadêmico, pois quando se trata de inclusão, as primeiras questões apresentadas são sobre acessibilidade, adaptações e autonomia do indivíduo. Contudo, “a concepção de inclusão precisa envolver o respeito pelas diferenças e pela diversidade, incluindo mudanças de postura profissional e consequentemente de toda comunidade local” (Wellichan e Souza, 2017, p. 150). Assim, por concebermos a importância da universidade ser um ambiente cada vez mais democrático e pluralizado, é fundamental compreender o olhar da comunidade



acadêmica sobre as diferenças que vêm ocupando seus espaços neste meio, em especial as pessoas com deficiência.

Iniciamos essa discussão com uma relação fundamental no meio educacional e universitário, a relação professor e aluno, onde, diversas pesquisas apontam a dificuldade por parte desse profissional para lidar com os alunos com deficiência, apresentando dificuldades na comunicação, avaliação e adaptações necessárias, mesmo com grande parte concordando com a importância da inclusão no meio educacional. Pieczkowski (2014), ao tratar dos efeitos causados na docência universitária pela inclusão das pessoas com deficiência na esfera acadêmica, afirma que esta interação representa uma oportunidade de crescimento pessoal e aprimoramento da prática pedagógica destes profissionais, os quais buscam pesquisar e se adaptar frente às necessidades. Neste sentido, iremos considerar as questões direcionadas ao saber docente em relação às diversas especificidades encontradas na sala de aula no que diz respeito ao público-alvo da educação especial, a partir dos escritos de Chahini (2016) e Wellichan e Souza (2017), apontamos as necessidades e adaptações que devem ser consideradas no ensino-aprendizagem destes discentes na universidade.

Partimos para analisar o indivíduo surdo e suas necessidades na educação, sendo estas ligadas somente a questões linguísticas. O primeiro pressuposto que podemos apontar é a importância dos intérpretes de libras nas instituições de ensino superior (IES), sendo fundamental que o professor busque estabelecer uma comunicação clara com estes profissionais, disponibilizando o material didático da aula com antecedência para estudo e pesquisa de termos técnicos desconhecidos pelos intérpretes e tirando dúvidas em relação às adaptações que podem ser feitas e que contribuíram para a formação do discente em questão. Segundo Chahini (2016), os indivíduos surdos têm extrema dificuldade no aprendizado das práticas de leitura e escrita, que são amplamente usadas no contexto acadêmico como ferramenta de ensino, aprendizagem e avaliação, desta forma, a autora afirma que “a valorização do aprendizado do surdo, na educação superior, deve ocorrer de forma mais centrada nos conhecimentos adquiridos do que na forma como demonstra seu saber” (Chahini, 2016, p. 86). Sob esta ótica, para que a aula se torne mais compreensível e acessível para o sujeito surdo, é imperativa a adoção de uma pedagogia visual, tornando necessária a atenção do docente quanto a isso, buscando sempre tornar acessível o material didático, melhorando não só o aprendizado do aluno surdo, mas de todos na turma.

Doravante, apresentaremos as questões relacionadas à deficiência visual em sala de aula. Existem duas especificidades que se enquadram enquanto deficiência visual, a cegueira e a baixa visão. O professor e a universidade devem se informar quanto às necessidades do aluno, que variam quanto ao grau de perda da visão, por exemplo, o aluno cego necessitará do braille<sup>5</sup> para ler e escrever em provas e atividades, já o aluno com baixa visão conseguirá ler material impresso com a fonte ampliada. A tecnologia se apresenta como uma forte aliada para a inclusão desses alunos no ambiente institucional, não apenas na sala de aula, podendo utilizar de softwares tanto para ampliação de imagens e fontes quanto para leitura e transcrição de textos. Os professores, por sua vez, devem ser favoráveis quanto ao uso desses recursos em provas e atividades.

Atualmente, há um crescente aumento nos diagnósticos de pessoas com Transtornos do Neurodesenvolvimento (Transtorno do Espectro Autista, Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, entre outros), cabendo pensar que ações são necessárias para a inclusão destes alunos no meio educacional e universitário. Compreendemos que indivíduos com o mesmo transtorno possuem adaptações diferentes e muito particulares, portanto, é imprescindível o docente conhecer o seu aluno para adotar uma abordagem personalizada, contribuindo para que este tenha acesso ao conteúdo curricular de maneira significativa. Quanto a esta questão, Sousa Silva *et. al* (2025, p. 9) afirma que

a personalização da aprendizagem é fundamental para garantir que os alunos com Transtornos do Neurodesenvolvimento possam desenvolver suas competências de maneira plena, superando as barreiras impostas pelos transtornos e integrando-se efetivamente ao contexto escolar.

Outro forte aliado na inclusão de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento na sala de aula é a utilização de softwares que permite que muitos consigam se comunicar, além de auxiliar na organização e aprendizagem do discente.

Frente à implementação de estratégias e ações afirmativas para a inclusão desses discentes no ambiente institucional, Wellichan e Souza (2017, p. 153) afirmam que “a comunicação ao corpo docente e administrativo sobre a existência desse aluno com suas particularidades e necessidades esclarecidas vai contribuir para que a inclusão aconteça sem

<sup>5</sup> Sistema alfanumérico de leitura e escrita tátil que se baseia em pontos em alto relevo destinado para pessoas cegas ou com baixa visão

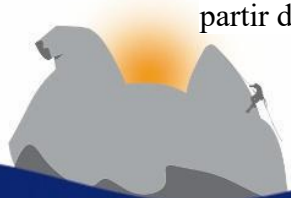
constrangimentos ou desconhecimentos”. Neste sentido, os docentes precisam estar cientes e preparados para possíveis situações que possam ocorrer em sala de aula, seja ela uma crise ou uma pequena adaptação no modo de avaliar o discente. Ademais, é reconhecido e assegurado por lei (Art. 28º da Lei 13.146/2015) a importância dos serviços prestados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) para uma efetiva inclusão do discente no meio educacional, nos mais variados níveis de ensino. No Ensino Superior isso não é diferente, pois por mais que se coloque como um serviço obrigatório em todas as etapas do sistema educacional, muitos alunos público-alvo da educação especial chegam em etapas de ensino mais avançadas sem nunca terem recebido serviços do atendimento educacional especializado, apresentando sérios prejuízos de aprendizagem. Destarte, o AEE se coloca como ferramenta fundamental na inclusão e acessibilidade deste discente na sala de aula, sobre isso, Chahini (2016, p. 94) nos lembra que

a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em relação ao direito à educação, assegura, entre outros, o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

Assim, a Universidade deve pensar a inclusão para além da lógica neoliberal, garantindo não só o acesso como também a “permanência, participação e aprendizagem” do aluno com deficiência na esfera acadêmica, sendo fundamental que se pense em políticas institucionais, projetos, metodologias e adaptações que garantam a estes discentes o seu direito a uma educação superior de qualidade.

## Considerações finais

A Universidade e o conhecimento produzido dentro desta se posiciona frente à lógica neoliberal que produz e reproduz discursos *capacitistas* e meritocráticos na sociedade contemporânea, sendo fundamental que esta seja um lugar de inclusão, pois enquanto centro de produção de conhecimento que pensa a inclusão nos demais espaços sociais, o discurso deve partir de dentro para fora dos muros da universidade.



Desta maneira, passamos a pensar como deve ser feito o acolhimento e a inclusão destes discentes no Ensino Superior, de modo que garanta não apenas o ingresso, mas a permanência destes neste nível de ensino. Consideramos, assim, o papel do professor e das IES sobre as práticas de inclusão de alunos surdos, com deficiência visual e com Transtornos Globais do Desenvolvimento, colocando a necessidade da comunicação entre docentes e administrativo, e a fundamental função do AEE na Educação Universitária.

A partir dessas questões, consideramos que ainda se tem muito a avançar no que diz respeito a inclusão da pessoa com deficiência na Universidade, pois apesar da legislação em vigor, fruto de muita luta e debates, representar importante avanço na educação inclusiva a implementação dessas políticas perpassa por questões de ordem social, econômica e política, alcançando de maneira muito parcial os sujeitos que necessitam dessas políticas. Explicitando a necessidade dos docentes e de toda a comunidade acadêmica em buscar maneiras e estratégias alternativas para a inclusão desses sujeitos, com o objetivo de tornar o meio acadêmico um espaço cada vez mais pluralizado que acolha diferenças de forma equitativa, sem estigmas e preconceitos no que se refere às pessoas com deficiência em busca de formação profissional.

## Referências:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. por Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

BRASIL [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**, 57. ed, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/4725/1/constituicao-federal-57ed.pdf>. Acesso em 2 de jan. de 2026.

BRASIL, **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 2 de jan. de 2026.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, vol. 22, núm. 3, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5720/572063482004/572063482004.pdf>. Acesso em: 2 de jan. de 2026.

CABRAL, Vinícius Neves de; ORLANDO, Rosimeire Maria; MELLETI, Silvia Márcia Ferreira. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. Educação

& Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/N7wznqvpPrbr4zRJddrDsNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 de jan de 2026

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **O percurso da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Trama**, v.17, n.40, 2021. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26199/17003>. Acesso em: 20 de abr. de 2026.

OLIVEIRA, Débora Chiararia de. O impacto do neoliberalismo na educação inclusiva brasileira. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Ailton Batista de (Roinuj Tamborindeguy); OLIVEIRA, Débora Chiararia de; ROCHA, Bruna Beatriz da; IVANICKA, Rebeca Freitas (Org's). **Educação e ensino na contemporaneidade**: velhas marcas em novos formatos. Itapiranga-SC: Schreiber, 2023.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. **Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: efeitos na docência universitária**. Tese (Doutorado em Educação). Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

PIRES, Valdemir. A política educacional. In: PIRES, Valdemir. **Economia da educação**: para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005, p. 45-58.

ROSA, Mariana Lúcia Agnese Costa e; ANGELUCCI, Carla Biancha. Articulação entre neoliberalismo, conservadorismo e capacitismo na composição das disputas da educação inclusiva. **Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 27, 2025. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8678777/36864>. Acesso em: 20 de abr. de 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA SILVA, Rafael Crizanto de; SILVA, Alessandra Pessoa Santos da; SILVA SANTOS, Cláudia Aparecida da; SILVA, Denni Alexandre da; BARBOSA, Divina Sousa; SOUSA, Elizabeth Rodrigues Correa de; MENDONÇA, Erica Cristina Dias do Patrocínio de; FAUSTINO, Letícia Ivy Almeida Santos. Transtornos do neurodesenvolvimento na escola: desafios e propostas pedagógicas. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, v.17, n.4, p. 01-24, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/8082> Acesso em: 30 de dez. de 2025

WELLICHAN, Danielle S. Pinheiro; SOUZA, Camila da Silva. A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. **Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p.146-166, 2017.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9786/6596>. Acesso em 16 de dez. de 2025.



REALIZAÇÃO:



**UECE**



**AINPGP**

Associação Nacional de Instituições de Pedagogia